

06/07/2009

TST julga controvérsia de trabalho em feriados no comércio de Salvador

O trabalho dos comerciários em feriados na cidade de Salvador provocou recurso de revista do Sindicato dos Supermercados e Atacados de Auto Serviço do Estado da Bahia – Sindisuper, representante da classe patronal. A polêmica foi apreciada pela **Sexta Turma** do Tribunal Superior do Trabalho, que manteve a decisão regional de que o direito ao descanso nos dias de feriados deve ser garantido aos empregados efetivos das empresas vinculadas ao Sindisuper, sob pena de multa de R\$ 25 mil a ser paga por estabelecimento a cada infração.

O recurso é resultado de uma ação civil pública do Sindicato dos Empregados em Supermercados, Hipermercados, Mercadinhos e Similares do Ramo Atacadista e Varejista da Cidade de Salvador – Sintrasuper, após várias tentativas frustradas de negociação com a classe empresarial para que fosse concedido o direito ao descanso nos dias de feriado. Segundo o relator do recurso de revista, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, o descanso é um direito fundamental do trabalhador que deve ser reconhecido e protegido.

A 2ª Vara do Trabalho de Salvador havia determinado que o sindicato patronal deveria promover as medidas necessárias a assegurar a todos os empregados efetivos dos estabelecimentos comerciais sob sua representação - entre outros o Bompreço Bahia S.A. e o Extra Hipermercado – o “direito ao descanso nos dias de feriados (e não o mero pagamento de indenização por dia trabalhado)”, sob pena de que cada estabelecimento nominado na ação pagasse multa de R\$100 mil por infração. Em recurso ao Tribunal Regional da 5ª Região (BA), o Sindisuper conseguiu apenas a redução da multa para R\$ 25 mil. Insatisfeito com o resultado, recorreu ao TST.

Ao analisar o recurso, a Sexta Turma entendeu que os dispositivos legais e constitucionais apontados pelo Sindisuper não foram violados e rejeitou (não conheceu) o apelo. **O ministro Aloysio observa que o artigo 6º-A da Lei 10.101/2000 permite o trabalho em feriados nas atividades do comércio em geral, desde que autorizado em convenção coletiva e observada a legislação municipal. Além disso, a Lei Municipal 5.280/97 estabeleceu diretrizes para a atividade comercial no Município de Salvador, tornando livre o trabalho em quaisquer dias e horários. No entanto, de acordo com o Regional, “a conduta no comércio denota abuso na utilização do direito”.**

O relator do recurso no TST considerou correta a linha de raciocínio do Regional. Para o ministro Aloysio Corrêa, **o TRT/BA não negou a validade da norma municipal, “apenas destacou que ela não guarnece a pretensão das empresas, do modo genérico, como pretendido, pois a mera**

autorização não impede que se adotem medidas para proteção dos empregados em relação ao dia de descanso trabalhado, quando exercido o direito pelos supermercados com abuso". (RR-858/2002-002-05-00.0)

ROAC 129/2008-000-20-00 – 7ª Turma - PUBLICAÇÃO: DEJT - 09/10/2009

RECURSO ORDINÁRIO. AÇÃO CAUTELAR. SUPERMERCADOS. TRABALHO EM FERIADOS. NEGOCIAÇÃO COLETIVA. OMISSÃO DOS ENTES COLETIVOS. *FUMUS BONI IURIS* E *PERICULUM IN MORA*. PRESENÇA. PROVIMENTO.

1. A Lei nº 11.603/2007 acrescentou o artigo 6º-A à Lei nº 10.101/2000, com disposição específica acerca do trabalho em feriados, condicionado à observância da legislação municipal e das convenções coletivas a respeito.
 2. Esta última exigência está relacionada à diretriz de reconhecimento de acordos e convenções coletivas de trabalho, fornecida pelo direito fundamental do trabalhador previsto no artigo 7º, XXVI, da Constituição Federal.
 3. No entanto, **a insistência do sindicato da categoria profissional em se esquivar injustificadamente das negociações coletivas, sem demonstrar qualquer interesse na melhoria das condições sociais dos trabalhadores**, razão última do Direito do Trabalho (artigo 7º, *caput*, da Constituição Federal), **significa abuso de direito**, sobretudo se o labor em feriados for **imprescindível ao desenvolvimento da atividade econômica ou favorável ao interesse público**.
 4. Ademais, **a conduta omissiva do sindicato da categoria profissional permite a aplicação analógica da norma do artigo 129 do Código Civil, a justificar seja considerada implementada a condição maliciosamente obstada pela parte contrária.**
 5. Nesse contexto, reputo presente a plausibilidade jurídica do pedido cautelar, ainda mais porque **não vislumbro fundado receio dos trabalhadores a legitimar a antecipação dos efeitos da tutela da obrigação de não exigir trabalho em dias de feriado, pois eventual prestação de serviços deverá ser remunerada de acordo com a orientação da Súmula nº 146.**
 6. Há ainda a possibilidade de prejuízos de difícil reparação ante a imposição de multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT por feriado em que o empregador exigir trabalho de seus empregados. Soma-se a isso a natural perda de vendas nos dias em que as lojas permanecem fechadas, **sobretudo em datas propícias ao consumo.**
- Recurso ordinário a que se dá provimento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Ordinário em Ação Cautelar nº TST-ROAC-129/2008-000-20-00.4, em que é Recorrente **COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO** e são Recorridos **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM SUPERMERCADOS NO ESTADO DE SERGIPE**,

GBARBOSA COMERCIAL LTDA., BOMPREGO SUPERMERCADOS LTDA e LOJAS AMERICANAS S/A.

Caulnom 40161-81.2010.5.00.0000 – 5ª Turma – Publicação: DEJT 22/10/2010

Ação cautelar: IRMÃOS BRETAS FILHOS E CIA. LTDA. (requerente) e SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SETE LAGOAS E REGIÃO (requerido)

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO CAUTELAR. EXIGÊNCIA DE TRABALHO NOS FERIADOS PELOS SUPERMERCADOS. NECESSIDADE DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA. 1. Despacho agravado que indeferiu o pedido de concessão de liminar, para suspender a decisão que determinou que o agravante se abstenha de exigir ou receber trabalho de seus empregados nos feriados, sem prévia autorização em norma coletiva, sob pena de multa; 2. A jurisprudência atual desta Corte preconiza que o funcionamento dos estabelecimentos semelhantes aos supermercados em feriados exige prévia autorização em negociação coletiva, nos termos do art. 6º-A da Lei nº 10.101/2000, que cuida especificamente da matéria afeta ao trabalho em feriados nas atividades do comércio em geral, permitindo o funcionamento de estabelecimentos como supermercados em feriados. 3. Nesse contexto, ainda num exame perfecutório, e considerando que, em cautelar, é mister que se evidencie a plausibilidade de êxito no recurso de revista interposto no processo principal, não se constata o *fumus boni iuris* que ensejaria o deferimento da liminar pretendida; 4. Agravo regimental a que se nega provimento.

RR 64500-42.2008.5.04.0751 – Publicação: DEJT 25.02.2011

Relator Min. Aloysio Corrêa da Veiga

EMENTA : RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TRABALHO EM FERIADOS. ARTIGO 6º-A DA LEI N.º 10.101/2000. PERMISSÃO PARA ABERTURA DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL EM FERIADOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO EM CONVENÇÃO COLETIVA. O artigo 6º-A da Lei 10.101/2000 é expresso ao permitir o trabalho em feriados nas atividades do comércio em geral, desde que autorizado em convenção coletiva de trabalho e observada a legislação municipal, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição. Assim sendo, na ausência de norma coletiva, não pode a reclamada funcionar em feriados. Recurso de revista conhecido e desprovido.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DISSENSO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. Não se conhece de recurso de revista quando a pretensa divergência jurisprudencial, único fundamento do apelo, mostra-se inespecífica, a teor da Súmula nº 296 deste c. TST. Recurso de revista não conhecido.

RR 77300-35.2008.5.03.0071 - Publicação: DEJT 25.11.2011

Relator: Min. Mauricio Godinho Delgado

DECISÃO: , por unanimidade, conhecer do recurso de revista por ofensa ao art. 127, "caput", da CF, quanto à legitimidade do MPT, e, no mérito, **dar-lhe provimento para declarar a legitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho e, por consequência, determinar o retorno dos autos ao TRT de origem**, a fim de que prossiga no julgamento do recurso ordinário da Reclamada, como entender de direito.

EMENTA: RECURSO DE REVISTA. 1) PRELIMINAR DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Considerando-se que a decisão do mérito será decidida em favor da parte a quem aproveita a declaração de nulidade, deixa-se de apreciar a preliminar, em face do disposto no art. 249, § 2º, do CPC. **Recurso de revista não conhecido, no particular. 2) MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. LEGITIMIDADE.** Trata a hipótese vertente de controvérsia quanto à legitimidade, ou não, do Ministério Público do Trabalho para ajuizar Ação Civil Pública pela constatação de descumprimento, pela Reclamada, da legislação trabalhista quanto às seguintes irregularidades arroladas na inicial: a) deixar de consignar em registro mecânico, manual ou sistema eletrônico, os horários de entrada, saída e período de repouso efetivamente praticados pelo empregado, nos estabelecimentos com mais de 10 (dez) empregados; b) deixar de conceder aos empregados um descanso mínimo de 11 (onze) horas entre duas jornadas de trabalho; c) prorrogar a jornada normal de trabalho, além do limite legal de 2 (duas) horas diárias, sem qualquer justificativa legal; d) exigência de prestação de horas extras habituais; e) não adotar sistema eletrônico inviolável de registro de horário, bem como não emitir mensalmente relatório a cada trabalhador da jornada extraordinária; f) exigência de trabalho em dias feriados, salvo se atendidos os requisitos previstos na Lei 10.101/00. Pleiteou, também, o MPT indenização por danos morais coletivos. O Regional concluiu pela ilegitimidade ativa do Ministério Público, ao entendimento de que a natureza dos direitos defendidos na presente ação não diz respeito a direitos difusos, coletivos ou individuais, na forma do art. 81 do CDC. Ao contrário do que entendeu o Regional, o Ministério Público do Trabalho tem legitimidade para atuar em tais casos. Quando se trata de direitos trabalhistas, como o objeto da presente demanda, estamos diante de direitos individuais homogêneos, perfeitamente defensáveis pelo Ministério Público do Trabalho. Precedentes desta Corte. Recurso de revista conhecido e provido.

E-ED-RR 89600-90.2002.5.08.0009, SBDI-I, red. p/ acórdão Min. Brito Pereira, 16.2.2012

Ação civil pública. Comércio varejista. Trabalho aos domingos e feriados. Período anterior a 9 de novembro de 1997. Necessidade de ajuste em norma coletiva.

Mesmo no período anterior a 9 de novembro de 1997, a que se refere o parágrafo único do art. 6º da edição n.º 36 da MP n.º 1539, convertida na Lei n.º 10.101/00, posteriormente alterada pela Lei n.º 11.603/07, fazia-se necessário o ajuste em norma coletiva autorizando o trabalho aos domingos e feriados no comércio varejista. Com base nessa premissa, a SBDI-I, por maioria, conheceu dos embargos e, no mérito, deu-lhes **provimento para julgar procedente o pedido formulado na ação civil pública, determinando aos réus que se abstenham de exigir de seus empregados labor em domingos e feriados sem o amparo de norma coletiva**. Vencidos os Ministros Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, relatora, Milton de Moura França, Ives Gandra da Silva Martins Filho e Renato de Lacerda Paiva.

RR 361-43.2010.5.09.0017 – Publicação: DEJT 11.05.2012

Relatora: Ministra Maria de Assis Calsing

Recorrente: Ministério Público do Trabalho da 9ª Região

Recorrido: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Açúcar e Alimentação de Jacarezinho e Região

Recorrida: Seara Alimentos S.A.

DECISÃO: , unanimemente, conhecer do Recurso de Revista do Reclamante por violação dos arts. 5.º, XXXV, da CF e 11 da Lei n.º 7.347/85, e, no mérito, **verificada a ameaça a direito dos trabalhadores diante da possibilidade de inserção de cláusulas ilegais em instrumentos normativos quanto ao trabalho aos domingos e feriados sem a autorização do órgão administrativo competente, bem como de cláusulas prevendo a cobrança de contribuição confederativa para trabalhadores não associados, dar provimento ao Recurso de Revista para restabelecer a sentença fixada pelo juiz da origem**.

RECURSO DE REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA INIBITÓRIA. ABSTENÇÃO DE INCLUSÃO DE CLÁUSULAS COLETIVAS PREVENDO DESCONTOS DE CONTRIBUIÇÕES CONFEDERATIVAS AOS NÃO ASSOCIADOS, BEM COMO DE TRABALHO AOS DOMINGOS E FERIADOS SEM A COMPETENTE AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO ADMINISTRATIVO. O Ministério Público do Trabalho na defesa de interesses difusos e/ou coletivos pode formular tutela inibitória, ainda que de cunho preventivo, para evitar a lesão a direito dos trabalhadores, notadamente a inclusão de cláusulas que afrontem o ordenamento jurídico nos instrumentos normativos. No caso, o pedido do Ministério Público era para que as reclamadas se abstivessem de (a) firmar instrumentos normativos prevendo autorização para o empregador exigir de seus empregados trabalho em domingos ou feriados civis e religiosos sem a competente autorização do órgão administrativo e (b) determinar que as requeridas **se abstenham de firmar acordos ou termos aditivos** que autorizem descontos de contribuição confederativa incidente sobre os salários dos

trabalhadores não associados, exceto se tais empregados autorizaram livre e expressamente tais descontos, mediante autorização prévia e por escrito. Recurso de Revista conhecido e provido.

RR 2313-26.2010.5.18.0011 – Publicação: DEJT 24.08.2012

Relator: Min. João Batista Brito Pereira

Recorrente: SUPERMERCADO BARROS & LINHARES LTDA.

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

Recorrido: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO VAREJISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO ESTADO DE GOIÁS - SECOM

TRABALHO NOS FERIADOS. PREVISÃO EM ACT. NECESSIDADE DE CCT. É permitido o trabalho em feriados nas atividades do comércio em geral, desde que autorizada em convenção coletiva de trabalho e observada a legislação municipal, nos termos do art. 30, inc. I, da Constituição Federal. Recurso de Revista de que não se conhece.